

PROF

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

Directora: Marília Azevedo

Tempo não lectivo a saque Desregulação do horário docente

Os docentes devem solicitar o pagamento de horas extraordinárias às direcções e directores das escolas sempre que o número de horas de reunião implicar a ultrapassagem das 35 horas semanais.

Os sindicatos da FENPROF fazem campanha de alerta e luta contra o desrespeito pelo horário dos professores e educadores, nomeadamente no roubo da componente não lectiva individual

Sindicato dos Professores
MADEIRA

Pág. 11

Negociação das propostas em curso

Olho no novo ECD e modelo de avaliação da RAM

Atenção aos retrocessos na nova proposta de ECD regional, em fase de negociação com os sindicatos. Estão propostas pelo Governo Regional vagas no acesso a alguns escalões, aulas assistidas obrigatórias e redução de bonificações pela aquisição de novas habilitações ou pela atribuição de "Muito Bom" e "Excelente".

Quanto ao modelo de avaliação do desempenho docente, a burocracia, profusão de procedimentos, monopolização dos recursos humanos da escola pelas tarefas

da avaliação do desempenho docente, entre outros aspectos, criarão dificuldades. Se tivermos ainda a consciência que o objectivo é cortar nos salários e obstaculizar a progressão na carreira, mesmo daqueles que provam o seu mérito, menos razões têm os docentes para abrandar a luta por uma avaliação justa sem condicionais artificiais à progressão

Págs. 4 e 5

GREVE GERAL
24 NOV. 2010

Contra...

- ...o bloqueamento das progressões, promoções e reposicionamento nas carreiras
- ...a redução dos índices remuneratórios
- ...reduções salariais
- ...os cortes no orçamento da educação
- ...a redução dos apoios sociais
- ...os despedimentos
- ...o aumento do IVA, dos descontos de IRS e para a CGA
- ...o aumento do horário de trabalho

Pela mobilização geral contra esta política!

CGTP
FENPROF INTERSINDICAL NACIONAL

Professores entre os mais afectados

Todos à luta

Há uma pressão para diminuir a retribuição do trabalho, como se direitos mínimos de sobrevivência fossem privilégios. Há momentos em que é preciso sair à rua para transformar a indignação em luta e mudar este estado de coisas, que faz a população trabalhadora empobrecer.

É preciso por termo ao definhamento do sector produtivo e à destruição do emprego, que deixa o País cada vez mais dependente das importações e endividado, em favor da especulação financeira. Quando os tempos se tornam mais difíceis, a solidariedade torna-se ainda mais importante e a luta é expressão da mobilização solidária.

Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, na última página, fala-nos do impacto das medidas de austeridade na Educação e nos Professores e refuta a ideia de inevitabilidade: «inevitável só mesmo a luta».

Marília Azevedo, coordenadora do SPM, apela à continuidade da luta após a Greve Geral por uma mudança profunda do rumo das políticas, e Paulo Cafôfo, no editorial, identifica este momento como decisivo para uma mudança de paradigma. Se outros actores não defendem a Educação, terão de ser os professores a manter essa responsabilidade e serem os motores da sua própria renascença. É a indignação transformada em luta e transformação

Págs. 3, 6, 7 e 16

Conferência do SPM reuniu uma centena Docentes são elite a valorizar

Jacinto Jardim apontou caminhos de superação do actual momento em que a desmotivação reina na classe. Aconselhou a ser-se «surdo a tudo o que leva à desmotivação». É necessária uma nova atitude, uma utopia, com uma linha realista, que mobilize e permita a renascença dos docentes.

O orador defende que os docentes são uma «elite a valorizar, a promover e a premiar», face às responsabilidades que tem na formação de cidadãos responsáveis, livres e felizes

Págs. 12 e 13

Perfil

Temos a profissão mais importante do mundo

Francisco Gilberto Rodrigues é docente de Filosofia no Ensino Secundário, na Escola Básica e Secundária da Calheta. Com uma experiência de catorze anos, é com mágoa que assiste à descredibilização da profissão docente e à utilização dos professores como bodes expiatórios. No entanto, exorta os docentes a não desanimarem porque exercem a profissão «mais importante do mundo».

1. Em que circunstâncias decidiu ser professor?

Decidi ser professor muito cedo, pois reconheci em todos os meus professores um trabalho de mérito e, assim sendo, no secundário, devido ao fascínio pela disciplina de filosofia, decidi ser professor dessa área científica.

2. Refira as eventuais dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

Felizmente não tive grandes obstáculos, pois para além da minha motivação pessoal, os meus pais e irmãos sempre me apoiaram nessa decisão. Todavia, tenho de referir que o trabalho na faculdade e, sobretudo, no ano de estágio, foi esgotante, pois pela primeira vez soube efectivamente o que era preparar uma aula e os respectivos materiais de apoio.

3. Descreva a sua primeira aula enquanto docente.

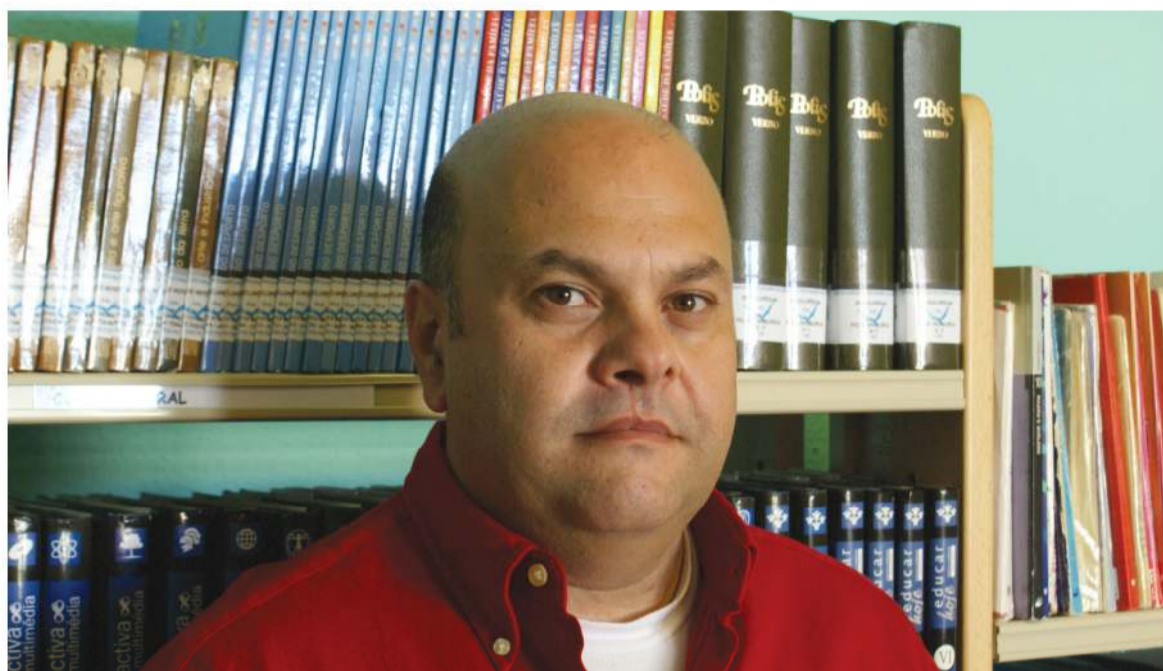
A minha primeira aula deu-se no ano de estágio, mais precisamente no ano lectivo de 1996/1997. Acho que correu bem, lembro-me de estar um pouco nervoso e, também, de ter preparado muitas actividades e de não ter conseguido realizá-las todas, por isso fiquei um pouco preocupado. Mas, nas aulas seguintes, retomei o controlo, pois sabia que durante a minha actividade profissional muitos seriam os momentos em que teria de improvisar.

4. O seu melhor momento enquanto professor.

Não consigo especificar um momento, pois existem muitos. Porém, destaco o empenho constante de alguns alunos em aprender uma disciplina tão abstracta como a filosofia. E, também, o momento fabuloso em que atingem esse patamar e referem “afinal isto não é assim tão difícil”.

5. O pior momento na sua carreira.

Acho que, até hoje, não tive nenhum momento que pudesse ser designado como o pior. No entanto, tenho de



«O insucesso escolar não é uma questão exclusiva do meio escolar»

frisar que abomino a forma como são utilizados os Rankings das escolas, pois são esquecidos os meios onde vivem os nossos alunos, os fracos recursos culturais da maioria e, para minha infelicidade, o pouco empenho de alguns Encarregados de Educação na instrução dos seus filhos.

6. Voltaria, hoje, a escolher esta profissão?

Se soubesse que o panorama iria ser tão negro, acho que não voltaria a escolher a docência como profissão. Saliento, contudo, que gosto do que faço e é a trabalhar com os discentes que me sinto bem, mas, infelizmente, descredibilizou-se a nossa profissão a tal ponto que tudo o que está mal é sempre culpa dos professores.

7. Que requisitos acha que são necessários a um docente?

Julgo que o principal requisito é o de gostar de ensinar e, especialmente, não ver o ensino como uma última alternativa de emprego.

8. Conteúdo que mais gosta de leccionar?

Não tenho nenhum favorito, mas prefiro leccionar Filosofia 12.º ano, pois implica a leitura de algumas obras.

9. Matéria que gosta menos de leccionar?

Não tenho nenhuma que desgoste.

10. O livro que achou mais útil ou mais influenciou a sua prática profissional.

Sem sombra de dúvida foi a “A República” de Platão, pois trata-se de um diálogo narrado na primeira pessoa e onde é imaginada uma república fictícia. A obra citada serve, essencialmente, para questionar assuntos sobre a organização social.

11. Turma ou aluno que queira destacar?

Destacaria todas as turmas e todos os meus alunos, julgo que todos deram o seu máximo.

12. O seu maior sucesso.

O meu maior sucesso é saber e estar consciente de que colaborei para o sucesso dos meus alunos, por isso, fico extremamente feliz com os êxitos alcançados pelos mesmos.

13. Situação marcante na sua vida profissional.

As situações mais marcantes na minha vida profissional prendem-se com o reconhecimento que é feito pelos meus alunos, sobretudo, quando se apercebem de que para se alcançar bons resultados é necessário trabalhar muito.

14. Identifique, na sua óptica, os maiores problemas no Ensino e o que mudaria na Escola para os resolver.

Acho que os maiores problemas que a Escola atravessa

são os seguintes: - Políticas educativas desadequadas; - Reformas educativas radicais.

Julgo que, antes de se pensar numa lei educativa qualquer, primeiro, deveríamos pensar em resolver a privação de conhecimentos base que dificultam aos discentes assimilar com eficiência os conteúdos ensinados, aumentando assim a sua cultura geral. E, o mais importante, na minha opinião, reparar a inadequação dos conteúdos lectivos constantes dos programas das diferentes disciplinas, propiciando um agregado de conhecimentos que lhes facilitasse aceder com êxito ao mercado de trabalho ou ao ensino universitário.

As condições de trabalho para se poder ensinar e realizar aprendizagens, com qualidade, na escola.

Deveríamos, sobretudo, ter turmas mais pequenas. Note-se, conjuntamente, que o insucesso escolar não é uma questão exclusiva do meio escolar, pois existem inúmeros factores, mormente, sócio-políticos que estão na origem deste problema.

15. Deixe, por fim, uma mensagem aos docentes.

Nunca desanimem! A verdade é que temos a profissão mais importante do mundo, visto que, do exercício da nossa prática diária depende a cidadania dos nossos alunos e, conseqüentemente, a formação de melhores cidadãos.

PROF Trimensário de Informação Sindical

PROPRIEDADE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Sindicato dos Professores da Madeira (SPM)



Morada:
Rua Elias Garcia, Edifício Elias Garcia I, Bloco V - 1º A
Website: www.spm-ram.org
Email: spm@spm-ram.org
Skype: spmadeira
Messenger: [spm@spm-ram.org](https://www.messenger.com/profile/spm@spm-ram.org)
Telefone: 291 206 360
Fax: 291 206 369

DIRECTORA: Marília Azevedo

CONSELHO DE COORDENAÇÃO:
Comissão Executiva do SPM

COORDENADOR-EDITOR:
Nélio de Sousa

“DE PAPO PRÓ AR”
Coordenação de Helena Lima

CARTOON
Henrique Monteiro

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO:
Amélia Carreira, Clara Vasconcelos, Fátima Diogo, JPO, Manuel Menezes, Margarida Fazendeiro, Marília Azevedo, Nélio de Sousa, Paulo Cafôfo, Rita Pestana, Teresa Sarmento

PERIODICIDADE: Trimestral

ARTE GRÁFICA E IMPRESSÃO: Eco do Funchal

TIRAGEM: 4.000 exemplares

O PROF está aberto à colaboração dos professores, particularmente os da RAM, mesmo quando não solicitada. Reserva-se, todavia, o direito de condensar ou não publicar, em função do espaço disponível e do Estatuto Editorial desta publicação. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Editorial

Momento para mudar de paradigma



Paulo Cafó
Vice-Coordenador do SPM

«Dessa educação que a nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. A nossa fatalidade é a nossa história?!»

(Antero de Quental,
Conferências do Casino, 1871)

Encontramo-nos num momento de transição, de mudança, de inviabilidade do sistema económico e financeiro, ambiental, ético-social. Tornou-se tudo insustentável, e a educação não fuge a esta onda. Sente-se o chegar de um fim de um ciclo histórico, mas teme-se o início de um seguinte, e pior, não temos líderes capazes de encetar essas mudanças com sucesso.

A geração dos políticos que nos governam ficará para a história como a “**geração que delapidou os professores**”, pois a educação, essa há muito que foi arruinada. Depois dos fracassos na educação, o sistema educativo tem resistido, em grande

parte, devido ao profissionalismo e empenho dos professores.

Tudo o resto são frustrações, quando se fala de educação. Tudo parece estar sempre na mesma, por mais reformas, paixões e amores, projectos, iniciativas, esforços e investimentos. No final, a constatação do fracasso e do eterno atraso. Os assuntos da educação debatem-se sempre com os mesmos argumentos, as mesmas teorias e os mesmos lamentos.

O País é todo como um manicómio. Temos a necessidade de romper com este estado permanente de depressão, com este passado e este presente, com estas políticas e estes políticos. E este é o momento!

Mais do que a crise da educação, deparamo-nos com a crise do “Estado Educador”. Por isso urge inventar um “novo Estado” que defina uma modalidade diferente de educação.

Tendo em conta a variedade e a diversidade das estratégias já testadas, os discursos e as práticas e os procedimentos educativos falhados, a conclusão é óbvia: mais do que qualquer reforma ou inovação, o que está em causa é o paradigma educacional. Os professores são os primeiros a senti-lo e os primeiros a exigirem-no. A sua convivência com a realidade e o quotidiano escolar, elege-os como agentes imprescindíveis neste processo de mudança.

As diversas soluções e reformas educativas de sucessivos governos, têm fracassado por serem um receituário de medidas avulsas e até contraditórias, mas principalmente por serem idealizadas sem a participação, nem a concordância dos professores.

Diria até contra estes. São reduzidos a simples executores de “soluções” pensadas por outros.

A mudança tem por isso de iniciar-se com e para os professores, tendo como afirmou Jacinto Jardim, de ser uma «elite a valorizar, promover e a premiar». Tal deveria começar por um Estatuto da Carreira Docente que concretizasse tais objectivos, que ajudasse a superar as divisões e frustrações, que instituisse espaços de reflexão, que fortalecesse a instituição escolar e valorizasse a classe docente.

Estes documentos representam um claro retrocesso para os professores, apesar da SREC considerar serem valorizadores da função docente e da escola pública, e propiciadores do reconhecimento do mérito e da excelência. Palavras ilusórias e falsas ecoadas contra uma classe docente cansada, desiludida e insatisfeita.

A proposta de ECD agora apresentada introduz vagas de acesso ao 5.º e 7.º escalão, sujeitas a decisão política e financeira e ao sabor das conjunturas orçamentais da

tempo necessário para reflexão de processos e procedimentos, meros executantes administrativos de “ordens”, apáticos, amorfos e pouco interventivos.

Sacudir os ataques

Mas enganam-se nos seus propósitos, pois os professores e educadores vão reagir a estes e a outros ataques, como PECs e Orçamentos de Estado que, imbuídos de uma visão meramente economicista e financeira, pretendem que os professores permaneçam no fim da “cadeia alimentar” e que a escola pública cumpra os “serviços mínimos” com cada vez menos professores. É o que se depreende com os cortes de salários, com o roubo do tempo de serviço, pela certeza de não progressão nem de entrada na carreira, a que se associa o fim do Estudo Acompanhado e da Área de Projecto, a redução do crédito horário das escolas, a redução de mobilidade para outras funções, horário nocturno a partir das 22h, entre outras, com efeitos já para o presente ano lectivo (entretanto a decorrer...).

Chegamos ao fim. Um ciclo, pela sua própria natureza, repete-se a si próprio. Por isso, cada vez que surge o fim de um, esse momento, por definição constitui igualmente o início do seguinte. Para se chegar ao início do que é novo, o ciclo tem de passar pelo fim daquilo que existe. É esse o tempo em que vivemos. Por isso, este é o momento oportuno de renovação. Resta saber se vamos querer ser os motores dessa renascença ou ser cúmplices do situacionismo.

Resta saber se vamos querer ser os motores de uma renascença ou ser cúmplices do situacionismo

ECD e modelo de avaliação do desempenho

O caminho da Secretaria Regional da Educação e Cultura parece ser outro, neste caso mais se assemelha a uma via rápida para a desmotivação total dos professores e para o agravamento da má qualidade do sistema educativo.

Depois de tantos anos bloqueados na carreira e após uma alteração ao ECD através do DLR 17/2010/M, de 18 de Agosto, que na sua essência visa desbloquear a situação da ausência de avaliação a partir de 2008, embora de forma atabalhoada e geradora de conflitualidades, o Governo Regional, confundindo audição com negociação, tenta impor outro Estatuto da Carreira e um novo modelo de avaliação de desempenho.

Região. Estranho conceito de valorização e de mérito do Governo Regional, que perante docentes classificados com “Bom”, só permitirá a progressão de alguns, com critérios totalmente desconhecidos.

Com se não bastasse, pretendem implementar um modelo de avaliação de desempenho altamente burocrático, com uma profusão de procedimentos (portefólios, fichas, observações de aulas, entrevistas, reuniões...) que irão retirar o já pouco tempo que os docentes têm para a realização das restantes tarefas. Com isto está o Governo a desviar os docentes da sua função nuclear, a actividade pedagógica com os alunos. Se calhar tudo não passa de um plano para manter docentes super ocupados e atolados em tarefas administrativas, sem o

Opinião: “Um murro na mesa”

A cada um a responsabilidade de dizer basta

Assistimos a tempos difíceis. Nunca, como agora, se exige a todos e a cada um de nós a responsabilidade de dizer basta, ao que nos querem impor.

A Greve Geral do dia 24 de Novembro é uma indispensável manifestação de indignação colectiva contra as injustiças e imposições praticadas pelo Governo do PS com o apoio da direita e pelo poder económico e financeiro dominante.

A Greve Geral é contra as medidas de austeridade que encostam à parede os que menos têm e os que menos podem.

A Greve Geral é contra o novo congelamento das carreiras; contra a redução real dos salários entre 3,5% e 10%; contra o aumento dos descontos para a CGA em 1%; contra o aumento do IVA em 2%; contra a redução das participações da ADSE; contra a

redução do valor das aposentações; contra o impedimento das novas gerações entrarem nos quadros.

É uma luta a favor de todos quantos se encontram na situação de desemprego. O desemprego é uma violência social e que só empobrece o País.

É uma luta a favor dos milhares de contratados deste País contra a precariedade dos vínculos laborais que reduz

salários e direitos, corrói solidariedades, aumenta a exploração e as desigualdades.

Neste quadro, conscientes das suas obrigações para com o País, a Escola e a sua Profissão, os Professores e Educadores manifestaram a sua disponibilidade para aderirem à Greve Geral de 24 de Novembro, bem como, a iniciar o debate com vista a prosseguir uma luta por uma mudança profunda de rumo das políticas

gerais, designadamente das laborais e sociais, com particular enfoque nas políticas educativas.

É hora da solidariedade intergeracional assumir o confronto, lutando para resolver os problemas do presente com vista a um futuro melhor!

É preciso transformar as justas indignações em luta no dia 24 de Novembro!

Marília Azevedo
Coordenadora do SPM

**GREVE
GERAL**

Negociações prosseguem com o Governo Regional

Nova proposta de ECD regional é um gravíssimo retrocesso

Vagas no acesso a alguns escalões, aulas assistidas obrigatórias e redução de bonificações pela aquisição de novas habilitações ou pela atribuição de “Muito Bom” e “Excelente”. São alguns dos retrocessos no ECD regional, em negociação com os sindicatos, com consequências na carreira docente. Poucas ou nenhuma diferença ficam relativamente ao ECD nacional.

A proposta de alteração do ECD regional, ora em análise, representa um claro e gravíssimo retrocesso em relação àquele que foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 25 de Fevereiro que, em bom rigor, não chegou a ter impacto na Carreira dos professores e educadores em exercício na RAM e que se aproxima, com pouquíssimas diferenças, daquele que vigora a nível nacional, depois das alterações que lhe foram introduzidas. Sem esquecer que o 6/2008/M é já um retrocesso face ao DL 312/99, de 10 de Agosto.

A manter-se nos termos propostos pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, a nova proposta de ECD desvalorizará a função docente e agravará as condições de exercício da profissão, contribuindo para a degradação das condições de funcionamento das escolas e, consequentemente, para uma quebra da qualidade do ensino.

Vagas em lugar do mérito

Com efeito, a proposta aponta para a criação de uma situação potencialmente mais gravosa no que concerne à progressão na carreira. O acesso a determinados escalões passa a depender, não do mérito revelado e distinguido em sede de avaliação de desempenho, mas de uma contingência por vagas sujeitas a decisão política e financeira e concretizada por acto administrativo anual, cujos critérios se desconhecem.

Por outro lado, são reduzidas, substancialmente, as boni-

ficações que o Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 15 de Fevereiro, havia considerado como um direito dos docentes que investem na sua auto-formação.

Perdas no novo ECD

Exemplos do que acabámos de afirmar podem ser encontrados nos seguintes itens: Introdução de vagas nos 5º e 7º escalões; obrigatoriedade de aulas assistidas para transição aos 3º e 5º escalões; redução das bonificações por aquisição de outras habilitações; redução das bonificações por atribuição das menções qualitativas de “Muito Bom” e “Excelente” na avaliação de desempenho docente.

Respeitar o tempo de serviço prestado

Independentemente da estrutura de carreira que vier a ser aprovada, o SPM insiste na defesa de que a transição da actual para a futura estrutura e respectiva integração deverá respeitar o tempo de serviço prestado, na sua totalidade, o que inclui a consideração dos 28 meses de serviço que não foram contabilizados entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007.

Do que atrás ficou dito, e à laia de síntese, o Sindicato dos Professores da Madeira, reafirmando os princípios que sempre defendeu em matéria de ECD, e em termos negociais, apresentou à SREC um conjunto de propostas que inclui: sugestões de alteração; sugestões de adenda e sugestões de supressão.



www.spm-ram.org

O trabalhador informado
está mais apto
a defender os seus direitos

Influência negativa no desempenho

Modelo de avaliação burocrático desvia escolas e docentes das tarefas pedagógicas

Burocracia, profusão de procedimentos, monopolização dos recursos humanos da escola pelas tarefas da avaliação do desempenho docente, entre outros aspectos, não geram optimismo. Se tivermos ainda a consciência que o objectivo (não confessado) é cortar nos salários e obstaculizar a progressão na carreira, mesmo daqueles que provam o seu mérito, menos razões têm os docentes para qualquer satisfação.

Sim à avaliação, não à burocracia

A avaliação do desempenho, para o SPM, com os procedimentos previstos no diploma regulamentador, tenderá a conduzir a uma burocratização, facto extremamente penalizador para o desempenho dos docentes, que pouco beneficiarão com este regime de avaliação, que nem sempre será justo. Num processo com um elevado grau de burocratização, para que inevitavelmente este resvalará, surgirão ainda situações marcadas pela subjectividade das apreciações, que determinarão a classificação dos docentes.

Barafunda de procedimentos

O modelo é despropositado na quantidade de aspectos a considerar e na relevância que alguns deles têm no processo. Se tivermos em consideração a multiplicidade de mecanismos e procedimentos a despoletar (portefólio, fichas, observações, entrevistas, reuniões...) – não se percebendo como será possível compatibilizar alguns deles com as restantes funções dos docentes –, não temos dúvidas em afirmar que este regime de avaliação do desempenho dos docentes terá, de facto, influência no seu desempenho, mas de forma



É necessário um período experimental antes da entrada em vigor de um modelo de avaliação tão complexo

negativa. Desvia-os do essencial na sua vida profissional, a actividade pedagógica com os seus alunos.

Instabilidade e monopolização de recursos

Durante largos períodos do

ano, a principal ocupação nas escolas será a de aplicar todos os mecanismos relativos à avaliação dos docentes. A pressão que se exercerá sobre os docentes, em particular nos momentos em que se desencadeia o processo de atribuição

das classificações, será um relevante factor de instabilidade, com reflexos na sua prática lectiva, bem como em todas as restantes tarefas que fazem parte das suas funções.

Os docentes que são avaliadores, serão ainda mais

pressionados, e os directores/presidentes dos conselhos executivos ficarão quase exclusivamente adstritos à tarefa de avaliar.

Visão economicista, não pedagógica

Pretendemos uma avaliação que se afaste da lógica burocrática e, cujo fim, não se limite à classificação de docentes numa perspectiva economicista, para induzir perdas na carreira, através de mecanismos administrativos, entre os quais se relevam as observações de aulas e as vagas, mas que promova e valorize a função docente e as aprendizagens dos alunos e promova a qualidade de uma escola pública de excelência.

Avaliação no final do escalão

Em termos de periodicidade, da mesma forma que o SPM não rejeita a lógica de que a avaliação venha a ter reflexos na progressão na Carreira Docente, considera também que a avaliação de desempenho só faz sentido no final de cada escalão.

Com o pressuposto de que os docentes têm o direito de ser informados ao longo do módulo de tempo do escalão de eventuais aspectos negativos verificados no seu desempenho, através dos seus registos anuais.

Reforçamos, por fim, a necessidade imprescindível da avaliação do desempenho dos docentes dever ter um carácter essencialmente formativo, centrar-se na escola e na actividade que o docente desenvolve com os alunos e assentar nas vertentes de autoavaliação e de avaliação cooperativa.

PROFnewsletter
update de rápida leitura
entre as edições do jornal PROF,
enviado para o correio
electrónico dos associados

Defesa dos interesses da classe

O SPM participou de forma responsável e interventiva no grupo de trabalho da avaliação constituído pela Secretaria Regional da Educação e Cultura em 2008. No entanto, não abdica do seu papel principal em fase de negociação, com apresentação de sugestões e de propostas válidas, porque até a proposta apresentada aos sindicatos nem foi a proposta que saiu no referido grupo de trabalho. Por outro lado, neste grupo, o representante do SPM votou contra muitas das soluções aprovadas.

Professores na Greve Geral

Contra o empobrecimento de quem trabalha

Não há uma medida quantificada para o sector financeiro. É tudo para os trabalhadores, que estão sem expectativas. Há uma pressão para diminuir a retribuição do trabalho, como se direitos mínimos de sobrevivência fossem privilégios. É preciso transformar a indignação em luta, para mudar este estado de coisas. É preciso produzir mais e mais justiça na distribuição da riqueza e do rendimento.

Temos de agir e encontrar as melhores formas para alterar o rumo de um sistema baseado na especulação financeira, que aumenta as desigualdades e coloca metade da sociedade portuguesa em situação de carência, encostada à parede, sem esperança no futuro, enquanto os ricos ficam mais ricos e aumenta o número de pobres, consequência de uma distribuição injusta da riqueza.

Por direitos fundamentais

Vale a pena pressionar no sentido de não serem tomadas ou serem aliviadas algumas medidas de austeridade no País e, sobretudo, de serem alteradas as políticas. Lutar contra o definhamento do sector produtivo e a destruição do emprego, que deixa o País cada vez mais dependente das importações e endividado, pondo em causa a soberania e os interesses nacionais.

Lutar na defesa de direitos fundamentais dos trabalhadores e do emprego sem precariedade ou exploração, para que os mais jovens não venham a ter uma vida pior do que os seus pais e avós.

Assalto aos trabalhadores

O Governo prefere penalizar ainda mais os trabalhadores, do que tributar adequadamente os grandes. Sabia que em 2009, as empresas, no conjunto IRC e derramas, foram taxadas em 26,5%, enquanto a banca foi apenas em 4,3%? É preciso dizer basta ao assalto aos bolsos dos trabalhadores e do povo. A economia não pode estar subordinada ao interesse de alguns especuladores financeiros.

As actuais medidas de austeridade em Portugal são em nome do imediato e não garantem que tenham um efeito positivo no futuro. Podem estar a ser exigidos mais sacrifícios aos trabalhadores, sem que este agravamento do custo de

vida traga retorno e optimismo num futuro melhor. De cada vez que se tomam medidas destas, pouco depois são necessárias outras ainda mais violentas. Vamos esperar para ver quais são as seguintes?

Uma greve com todos

Quando os tempos se tornam mais difíceis, a solidariedade torna-se ainda mais importante e a luta é a expressão mais elevada da cadeia solidária em que, cada um de nós, assume o papel de elo insubstituível. Inevitável é mesmo a luta, como afirma Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF. Os professores vão lutar contra este

O peso dos salários no PIB que era de 59% em 1975, desceu para 35% em 2005 e voltou a descer para 34,1% em 2009, aprofundando as injustiças na distribuição do rendimento

autêntico roubo de dinheiro e de tempo de serviço. Além disso, o acordo de princípios sobre a carreira docente está posto em causa e o concurso para ingresso nos quadros, que deveria realizar-se em 2011, não terá lugar. O ME quer ainda desrespeitar compromissos relacionados com os horários de trabalho dos professores e educadores.

Corte de dois salários anuais

Com estas reduções o governo prepara-se para extorquir mais de 156 milhões de euros aos professores, sem contar, ainda, com os efeitos do agravamento do IRS, a não abertura de concursos, a dispensa de contratados, o congelamento das progressões... Ou seja, isto significará um corte, em média, de dois salários anuais. A não realização de um concurso em 2011, que garantiria o ingresso na carreira de milhares de contratados, constituirá uma perda nos salários, para estes docentes, sempre superior a 10%.

Educação perde 803 milhões de euros

O sector educativo é um pilar do chamado Estado Social, mas os cortes aí estão para confirmar se realmente o valorizamos (a par dos cortes na Saúde e Segurança Social). Onde estão os cortes da parte má da chamada máquina do Estado, onde pululam as camadas de *boys* em organismos, fundações, empresas públicas,

direcções, institutos, entre outros? Onde está a luta contra a corrupção, a fuga fiscal, a economia paralela e a taxação do lucro da especulação financeira? Prefere-se antes despedir professores (cerca de 5 mil horários a menos só com a erradicação das áreas curriculares não disciplinares: Área de Projecto e Estudo Acompanhado) e roubar salário a quem menos tem.

Todos terão o salário reduzido

Embora a redução do salário líquido tenha lugar a partir dos 1.500 euros, o líquido será reduzido a todos os trabalhadores, devido ao aumento dos impostos e à eliminação de benefícios fiscais. Não é por acaso que serão os salários cujo líquido não é abrangido pelas reduções e os menos reduzidos, que sofrerão maiores penalizações relativas nos impostos.



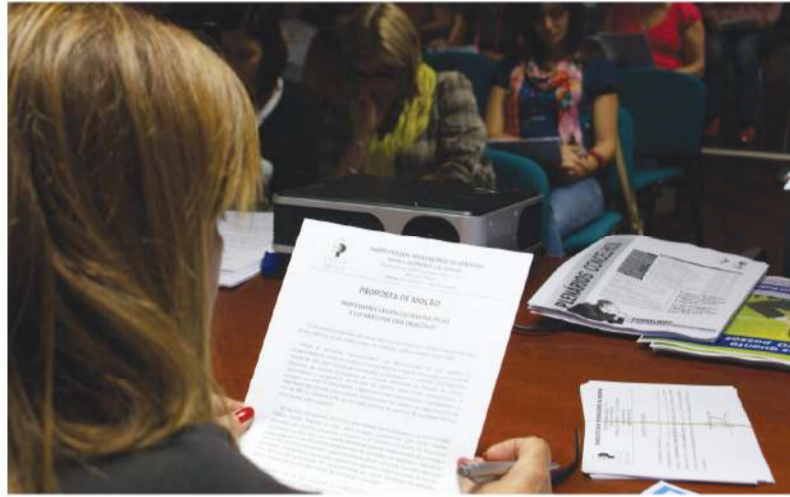
Mais golpadas na educação no orçamento de estado para 2011

- Reduzir o número de docentes ainda no ano lectivo 2010/2011
- Introduzir alterações curriculares com o único objectivo de reduzir horas e dispensar aos professores
- Reduzir ainda mais o crédito horário das escolas
- Alterar as condições para dispensa da componente lectiva dos coordenadores de estabelecimento de ensino
- Reduzir a componente lectiva, designadamente ao nível do horário nocturno
- Reduzir condições de assessoria e de desempenho de cargos das direcções das escolas
- Continuar o encerramento de escolas e a constituição de mega-agrupamentos
- Transferir para fundos comunitários os encargos com a contratação de professores pelos TEIP's, os cursos de educação e formação e os cursos profissionais das escolas públicas

Com estas medidas que agravarão as condições de trabalho nas escolas e com a desvalorização do exercício da profissão docente, decorrente de reduções salariais, roubo de tempo de serviço, congelamento de progressões e reposicionamentos, aumento da carga fiscal directa e indirecta, aumento dos descontos a par da redução dos apoios sociais, o governo revela um profundo desrespeito pelos professores (cujo único aspecto que pretende não alterar é o modelo não formativo de avaliação) e pelas escolas.

Assembleia Geral de Sócios do SPM

Moção aprovada pelos professores na Madeira



Rita Pestana, presidente da Assembleia Geral, lê a Moção de adesão à greve

Os docentes portugueses vêm sendo alvo dos mais diversos e sórdidos ataques aos seus direitos laborais, sociais, profissionais e de cidadania, particularmente, desde 2005. É altura de dizer basta e contestar.

Foram os sucessivos "aumentos-zero" que desvalorizaram os seus salários; o congelamento do tempo de serviço e o impedimento de progredir na carreira; a proposta de revisão do ECD (com fixação de mecanismos administrativos de controlo da progressão, imposição de modelos burocráticos de avaliação, eliminação ou redução de direitos, agravamento e desregulação de horários de trabalho, entre outras consequências); o aumento dos níveis de precariedade; o agravamento dos requisitos para a aposentação e a degradação das pensões; o aumento de descontos para fins sociais e da carga fiscal por via directa (IRS) ou indirecta (IVA); as restrições impostas ao exercício de actividade sindical, entre muitos outros aspectos.

Mais penalização de quem trabalha

Os docentes portugueses, tal como a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local, vêem-se agora confrontados com novas medidas aprovadas pelo Governo e

propostas à Assembleia da República, no âmbito do Orçamento de Estado para 2011, tais como: redução efectiva de salários; congelamento de carreiras e novo roubo de tempo de serviço; congelamento de admissões nos quadros e redução do número de docentes contratados; suspensão/eliminação de concursos, incluindo alguns já realizados; congelamento de pensões; aumento de descontos (CGA); aumento do IVA em mais 2% e brutal aumento do IRS, nomeadamente por via da eliminação de deduções fiscais; redução de mais de 800 milhões de euros para a Educação.

Efeitos na Educação

Tais medidas, não só não resolverão os problemas económicos do país, como os agravarão com forte e muito negativo impacto social. Na Educação, as consequências far-se-ão sentir: na degradação das condições de trabalho nas escolas; nas dificuldades acrescidas com que se confrontarão para resolver os problemas de organização, funcionamento e estabilidade; no previsível abaixamento da qualidade

educativa; na impossibilidade de concretização do exigente desafio do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos com a garantia de universalidade no acesso e no sucesso. Reduzir, desta forma, as verbas para a Educação criará fortes constrangimentos ao esforço que se pede a toda a comunidade educativa e, de uma forma particular, aos professores e educadores.

As medidas que se pretendem impor agravarão as condições de trabalho e de vida daqueles profissionais, provocarão focos mais fortes de instabilidade e acentuarão o mal-estar que é hoje cada vez mais sentido pelos profissionais

Vale a pena lutar

Os Professores e Educadores estão conscientes de que, caso deixassem de lutar, seriam confrontados com medidas ainda mais gravosas impostas por sucessivos PEC, numa espiral que parece não ter fim. Por essa razão, continuarão a lutar determinados e confiantes, contra a redução dos salários; o novo congelamento do tempo de serviço e progressões na carreira; o novo aumento dos impostos.

Neste quadro, conscientes das suas obrigações para com o País, a Escola e a sua Profissão, os Professores e Educadores manifestam a sua disponibilidade para se envolverem nas acções e lutas que estão previstas, designadamente a Manifestação Nacional da Administração Pública de dia 6 de Novembro e a Greve Geral de 24 de Novembro, bem como, a iniciar o debate com vista a prosseguir uma luta por uma mudança profunda de rumo das políticas gerais, designadamente das laborais e sociais, com particular enfoque nas políticas educativas.

Professores na RAM

E se a tudo isto juntarmos a incerteza, ainda não desfeita,

de que as medidas de contenção salarial e de congelamento na progressão de carreiras podem vir a afectar, particularmente e de forma retroactiva, os educadores e professores em exercício na Região Autónoma da Madeira que, por razões políticas e administrativas, estão com as suas carreiras congeladas desde 2005, encontraremos uma razão acrescida para que estes docentes, numa atitude de manifesta e justa indignação,

se juntem a todas as formas de luta que vierem a ser consideradas necessárias.

Assim, os educadores e professores reunidos em Assembleia Geral de sócios do Sindicato dos Professores da Madeira, realizada no dia 26 de Outubro de 2010, decidem aderir à Greve Geral de Trabalhadores, cujo pré-aviso foi já entregue pelas duas Centrais Sindicais Portuguesas - CGTP/IN e UGT.

SPM fez ronda pelas escolas do arquipélago



O SPM realizou plenários por todos os concelhos da Região Autónoma da Madeira, esclarecendo e informando os docentes para as consequências das medidas anunciadas pelo Governo (salários, carreiras, impostos...) e os seus impactos nos professores e nas escolas, bem como sobre as intenções economicistas inseridas na nova proposta do ECD Regional e no novo Modelo de Avaliação do Desempenho Docente Regional, que só irão agravar a desvalorização de toda uma classe.

A mobilização dos docentes para a luta, nomeadamente para a greve geral, fez-se assim mesmo depois do acordo entre PS e PSD, pois as alterações que daí resultaram são mínimas e em nada alteram as consequências negativas para a educação e para os professores.

ELES ESTÃO DE ACORDO... MAS NÓS NÃO! PORQUE NÃO CONCORDAMOS COM a redução do nosso salário; o aumento dos nossos impostos; o congelamento da nossa carreira; o roubo do nosso tempo de serviço; a não realização de concurso em 2011; a eliminação de milhares de horários nas escolas; um corte ainda maior no orçamento de funcionamento das escolas; a redução, em 803 Milhões de euros, das verbas para a Educação.

ESTAMOS EM DESACORDO E VAMOS MANIFESTÁ-LO!

Quadro das reduções previstas no salário, de acordo com os escalões e índices, dos professores na Região Autónoma da Madeira

	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º
DL 75/2010	1.518,63 167	1.709,60 188	1.864,19 205	1.982,40 218	2.137,00 235	2.277,93 245	2.718,99 299	3.091,82 340	3.364,60 370
Alterações anunciadas	165 1.500,00	181 1.649,76	198 1.798,94	210 1.913,02	225 2.049,38	234 2.124,55	279 2.535,73	313 2.850,66	338 3.077,29



Depois da viagem

Sonhos

Cheguei há pouco de uma viagem à Bélgica que o nosso sector organizou e que foi muito boa e onde tudo correu bem.

Fico em pulgas para mais viagens. Preciso de saúde e de algum dinheiro. Se assim for, lá vou eu. É bom que esteja ao meu alcance.

E faz-me pensar não em viagens propriamente ditas mas em eventos onde gostaria de ter estado embora também implicassem viagens longas ou

não. Por exemplo: ter estado na abertura da época da Ópera de Paris, no Scala de Milão, no Metropolitano de Nova Iorque e até no Festival de Música de Salzburgo e de Wagner em Beireuth. E ir aos concertos em Berlim, ao Ballet a Viena, ao Festival de Jazz em Nova Orleães e Música Country em Nashville.

Gostaria de ter estado numa abertura de Jogos Olímpicos, nas finais do Campeonato do

Mundo de Patinagem Artística, de Futebol. Ir a Estocolmo a uma cerimónia de atribuição dum Prémio Nobel de Literatura, era bom.

E as cerejeiras no Japão? E o Outono no Canadá?

Tanta coisa que nunca estive ao meu alcance!

Não me estou a queixar. Só estou a sonhar!

Amélia Carreira

Esperança em dias melhores

A propósito do fim de mais um ano lectivo

Chegámos ao fim de mais um ano lectivo.

Aposentadas que estamos, até parece um paradoxo! Mas o certo é que, depois de décadas como professoras, retomámos o estatuto de alunas... do Círculo de Leitura e Escrita.

A propósito de escrita, recordo que há dias li: "E se os professores escrevessem?". Um desafio, que a ser levado a fio daria para minorar o seu actual sofrimento ou descontentamento, reflectindo, descrevendo, narrando. Nesse momento, só pensei que, actualmente, os professores até escrevem muito, demais talvez... A papelada burocrática faria bem composto um estendal.

Final, para quem escrevem? Qual a utilidade? Efeitos benéficos para os alunos? Mas a exploração deste campo não faz parte do objecto deste texto. É melhor viajar para outra latitude onde a paisagem e a temperatura sejam convidativas. Espirar a vista pelo céu azul reflectido no mar que abraça carinhosamente as praias pejudadas de gente abrigada do sol, falésias perigosas, o sol de hoje que já não é o amigo de ontem. É Verão e férias também!

De repente, um travo na boca ao repensar o que fiz durante o ano. Desejava mais e melhor. Mas há limitações... Sinto-me, então, como uma criança que no fim de um ano, abre o seu mealheiro, convencida de que o peso corresponde a uma elevada quantia amealhada. Infelizmen-



Momento das actividades de encerramento do ano lectivo último, na Escola Francisco Franco

te, depara-se com trocos que servirão apenas para uns rebuçados. No entanto, não vou ficar desiludida. Esperança em dias melhores! Isto é uma questão de fé!

A palavra fé agarra-se à recente notícia: o falecimento de Saramago. Sinceramente, podem não acreditar, fiquei mesmo triste. Tantos pensamentos me ocorreram e procurei a razão por que associei à palavra fé o nome de Saramago, o nosso primeiro e, por enquanto, único Nobel da Literatura. Depois de CAIM, parte da Igreja e do universo político andava em polvorosa. Talvez, porque não nos habituámos a vivê-los separadamente. E, aqui, pode ter lugar uma modesta e rápida sugestão: procure ver-se o outro lado do texto.

Caíram-me bem as palavras do nosso conterrâneo, Padre Doutor José Tolentino Mendonça. Como crítico escreveu:

"Quem o ouvisse a propósito do seu "Caim" facilmente o tomaria como o autor contemporâneo que mais se distancia da Bíblia, enquanto património espiritual e literário. E é precisamente o contrário."

Tolentino Mendonça alertanos para a "caixa acústica" da literatura de Saramago, a "forma parabólica" da sua narrativa, "a mistura de oralidade e fantástico (no fundo, é uma literatura aberta à revelação)". Tudo isto faz "com que a Bíblia seja uma espécie de sub-texto indispensável para ler a obra do Nobel português". E finaliza, com esta frase lapidar: "Os desencontros, muitas vezes, ocultam encontros."

Não esqueçamos, nunca, que a qualidade da escrita de Saramago atravessa fronteiras e perante ela, rendem-se muitos nomes sonantes da Literatura.

L.

24-06-2010

Cantiga de Amigo

O Sol me desperta, o sol me levanta
O sol me veste que a pressa é tanta
Quero ver o meu amigo
Quero ver o meu amigo

O vento me leva, o vento me arrasta
Vou ao seu encontro e isso me basta
Quero ver o meu amigo
Quero ver o meu amigo

Pesada é a saudade no meu coração
Vê-lo alimenta minha grande paixão
Quero ver o meu amigo
Quero ver o meu amigo

Que faço Senhor com esta amizade?
Morro de amor pesa-me a saudade
Quero ver o meu amigo
Quero ver o meu amigo

Deito-me no escuro, gemendo minha dor
Amarroto a noite, sinto frio, suor
Não vi hoje o meu amigo
Não vi o meu amigo hoje.

Teresa Sarmento

As palavras partiram,
Ainda não voltaram.
Com quem se cruzaram?
Será que voaram?
Não sei se caíram...

Estradas percorri,
Pontes atravessei
Mas não as avistei,
Sinto que me cansei.
Nunca o seu eco ouvi.

Pelas noites caladas,
Liberto o pensamento.
Nesse exacto momento,
Com todo o sentimento,
As palavras são lavradas.

Acaba o terrível dilema
E, sem dor, nasce um poema.

L.

Verão

Era pequenina.
Na praia, descalça,
Corria p'ra o mar
E ficava à espera
Que esse bom gigante
Me viesse abraçar.

A mãe a chamar...
E voltava atrás,
Num abraço de paz,
Como era o do mar
E o da voz a chamar.
Para sempre lembrar!

L.



Coordenação de Helena Lima

de papo pró ar

República não soube realizar-se, notou Nelson Veríssimo

A República criou um novo paradigma de Educação em Portugal

Nelson Veríssimo proferiu uma palestra no dia 5 de Outubro, sobre o tema “República e Educação: da alegoria do regime ao projecto de um homem novo”, uma iniciativa do SPM, que decorreu no Hotel Porto Mare. Teve por objectivo assinalar o Centenário da República recordando a aposta do regime na Educação, no dia em que também se comemora o Dia Mundial do Professor.

O historiador estruturou a sua análise e apresentação com referência a uma mulher e a um homem. A mulher como símbolo da República, liberta e orientadora da pátria para a sua redenção, que vai animar um homem novo como destino da Educação em Portugal. A educação integral (vertentes intelectual, física e moral) sustenta esse homem novo, que fará, por sua vez, progredir a sociedade. O republicanismo é um movimento regenerador, um projecto de cidadania.

Segundo Nelson Veríssimo, o «grande problema da República foi não saber-se realizar». A República foi uma tentativa de cumprir o que tinha ficado por fazer na Revolução Liberal de 1820, mas caiu-se no parlamentarismo, nas facções e não se encontraram as lideranças.

Da Cartilha às escolas móveis

A Cartilha Materna ou Arte de Leitura de João de Deus, datada de 1876, foi importante no sentido em que o método gerou um debate sobre a aprendizagem e a pedagogia científica. Os republicanos aproveitaram o momento para promover a instrução e utilizá-la como uma bandeira de oposição à monarquia, na luta pelo combate ao analfabetismo (então de oitenta por cento) e democratização da educação.

Por outro lado, Nelson Veríssimo sublinhou a iniciativa de Casimiro Freire, em 1882, que criou as Escolas Móveis, que seguiam o Método João de Deus. Era uma missão de alfabetização de professores habilitados que ensinassem a ler, a escrever e a contar, nos mais recônditos lugares de Portugal. Entre 1882 e 1920 as escolas móveis instruíram 30 mil portugueses.

República e homem novo

A criação do homem novo pela República fazia-se através da educação segundo o paradigma republicano. João de Barros (1861-1960), pedagogo republicano, definiu esse novo tipo de cidadão: «empreendedor, com novos horizontes; livre, tolerante e solidário; cren-te no valor do progresso científico.»

A nova geração ambicionada para a República é «forte de alma e de corpo, orientada e sadia», de «futuros homens de energia, de pensamento e de patriotismo». O cidadão republicano é o homem completo do



A educação defendida pelo regime republicano é integral (vertentes intelectual, física e moral) e laica (a moral laica é caracterizada pelo esforço, acção e trabalho)

mundo moderno, educado sob novos pressupostos, que proporcionaria o advento de uma sociedade nova.

A educação defendida pelo regime republicano é integral (vertentes intelectual, física e moral) e laica (a moral laica é caracterizada pelo esforço, acção e trabalho). Só assim

João de Barros e João de Deus Ramos, responsáveis pela Reforma da Instrução Primária de 29 de Março de 1911, consideravam ser possível «fazer progredir e desenvolver uma sociedade». Conjugando a «força dos músculos», a «seiva do cérebro» e os «preceitos da

moral», bem como o desenvolvimento do carácter pelo «exercício permanente da vontade.»

Edificou-se um percurso de escola que correspondesse a uma nova sociedade e a ela um perfil de homem novo.

Nélio de Sousa



Reformas no ensino da 1ª República

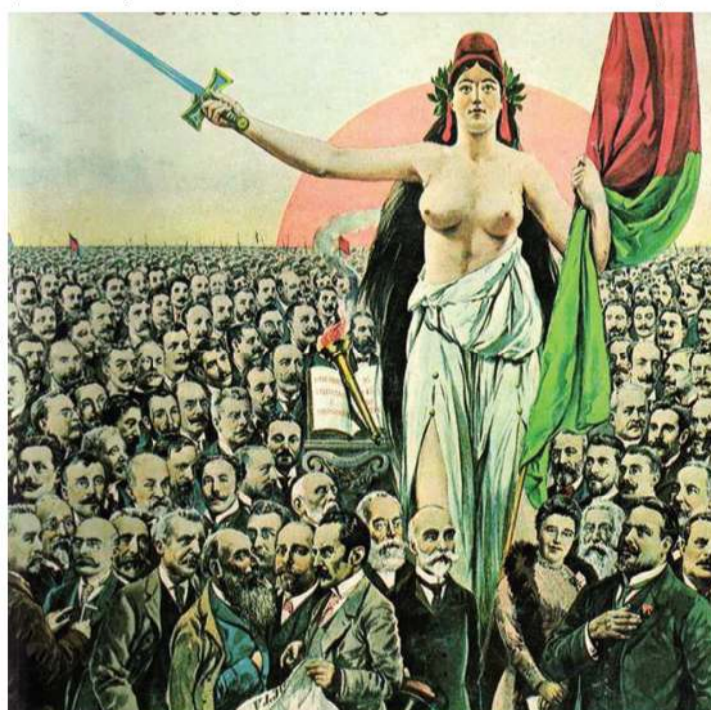
A Reforma da Instrução Primária de 29 de Março de 1911, perpetrada por João de Barros e João de Deus Ramos, instituiu o ensino infantil, primário e normal. O ensino infantil dos 4 aos 7 anos era facultativo e gratuito, em edifícios próprios, e o ensino primário também gratuito foi dividido em três escalões: elementar (obrigatório para ambos os sexos entre os 7 e 14 anos, durante três anos e com exame final); complementar (facultativo, com duração de dois anos e exame) e superior (facultativo e com duração de três anos).

As reformas no ensino determinaram que este fosse laico, criaram-se novas escolas do ensino primário e técnico (escolas agrícolas, comerciais e industriais), fundaram-se Escolas Normais, destinadas a formar professores primários, e as Universidades de Lisboa e do Porto. Concederam-se bolsas de estudo e criaram-se Escolas Móveis para o ensino de adultos.

Mulher símbolo da República

O orador fez um historial das várias imagens da mulher como símbolo da República, desde a “La liberte guidant le peuple”, de 1831, de Eugène Delacroix, até aos bustos de Simões de Almeida, Francisco dos Santos, Tomás Costa, Júlio Vaz Júnior, João Silva e Artur Gaspar dos Anjos Teixeira. Sem esquecer as imagens e figuras replicadas popularmente, em objectos do quotidiano como as moedas.

As litografias “Pela República”, de Alfredo Roque Gameiro (imagem em baixo) ou aquela que faz a alegoria à proclamação da República, mereceram também destaque.



Problema pode estar resolvido até final de 2010

Luta pela progressão levou professores à rua em Maio



Plenário de 28 de Maio de 2010, junto à Assembleia Legislativa da Madeira, levou cerca de oitocentos docentes à rua



Cinco anos sem progressão, com penalização salarial e não contagem do tempo de serviço, é desvalorizar os professores



Marília Azevedo prometeu que enquanto não estivesse publicada a saída para a actual situação os docentes não baixariam os braços



Entretanto, em Agosto de 2010, foi publicado o diploma que permitiu a avaliação extraordinária para validar o "bom" administrativo

Haverá retroactivos, diz o Governo Regional



Segundo o secretário de Educação, no Diário de 12.09.2010, todos os professores "vão receber retroactivos à data da verificação dos requisitos, isto é, à data em que perfizerem o tempo de serviço para progressão, desde que, cumulativamente a sua avaliação de desempenho tenha sido, no mínimo, de Bom e possuam módulos de formação com aproveitamento".

Assim ficou claro que os docentes vão receber retroactivos, tal como está estabelecido em letra de lei, pelos anos em que estiveram à espera de progredir na carreira.

Com cortes nos salários à vista, os professores não sabiam se teriam direito a serem ressarcidos, receios que o secretário regional de Educação garante serem infundados.

Não confundir revisões

A actual revisão do ECD regional, em negociação desde o findo mês de Setembro, na sequência do novo ECD nacional publicado em 23 de Junho, é um assunto diferente da revisão pontual de que resultou o DLR 17/2010/M, de 18 de Agosto último. Este visou, sobretudo, desbloquear a progressão na carreira dos docentes a trabalhar na Região, que não progrediram desde 1 de Janeiro de 2008, pela ineficácia do "Bom" administrativo.

Ligue-se e saiba as novidades

www.facebook.com/SPMadeira



Solicitar pagamento de horas extraordinárias

Dizer basta à desregulação e intensificação dos horários

A componente não lectiva dos docentes, essencial para a preparação das aulas e materiais pedagógicos, está a saque. É mais um elemento na progressiva funcionalização e burocratização do trabalho docente. O Sindicato dos Professores da Madeira luta pelo respeito do limite de duas horas semanais para reuniões.

Para já, as regras e os limites legalmente estabelecidos são para respeitar. Os governos quiseram pôr e dispor de todo o tempo do professor e agora até enveredam pela violação do que está previsto na lei imposta aos docentes?

Horas extraordinárias após as 35h

Aconselhamos que os docentes solicitem o pagamento de horas extraordinárias às direcções e directores das escolas, conforme formulário da Direcção Regional da Administração Educativa (ver Ofício Circular nº 48, de 28.08.2008, disponível em www.spm-ram.org), sempre que o número de horas de reunião implicar a ultrapassagem das 35 horas semanais, respeitando as horas de componente individual (6 horas no pré-escolar e 1º CEB e 9 horas no 3º CEB, secundário e educação especial). Só fazemos valer o direito ao pagamento de horas extraordinárias se reclamarmos.

Respeitar a componente não lectiva individual

E porquê reclamar? Para que a componente não lectiva individual seja efectiva e escrupulosamente respeitada, pelo facto de ser vital no desempenho do professor, e deixar de estar a saque.

Os docentes têm ganho processos em tribunal quanto ao pagamento de horas extraordinárias, salvaguardando-se as especificidades de cada caso, como se pode verificar na

página electrónica da FENPROF: <http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=76&doc=5003>.

Profusão de reuniões e burocracia

Nos últimos anos, gerou-se uma profusão de reuniões e tarefas burocráticas, sem um valor acrescentado para o trabalho pedagógico, nem para a qualidade da aprendizagem dos alunos. Os docentes passam cada vez mais tempo na escola, tendo depois de ocupar o seu tempo pessoal e familiar, em sua casa, com a preparação do trabalho pedagógico.

A actual ministra Isabel Alçada havia reconhecido a inadequação dos horários de trabalho que, afirmava, dificultavam a actividade dos docentes no que é essencial: o trabalho com os seus alunos. Contudo, a ministra não foi além das palavras, deixando tudo na mesma, à semelhança do que acontece com os governantes do sector educativo na Madeira e nos Açores.

Mais um factor de mal-estar

Aliado à perda de salário e à degradação da carreira, que as políticas economicistas dos governos procuram vender como solução (ilusão) de melhoria do ensino, a desregulação do horário de trabalho e a indisciplina estudantil nas salas de aula criam, hoje, uma frente de desmotivação dos docentes, que se sentem cada vez menos realizados e exaustos na tarefa de ensinar.

Sabes quanto TEMPO passas na escola?

- > Contabiliza as tuas horas lectivas e não lectivas de estabelecimento...
- > Contabiliza as horas utilizadas em reuniões por semana...
- > Contabiliza o tempo utilizado em actividades realizadas para além da Componente Lectiva e Não Lectiva de Estabelecimento...
- > Contabiliza as horas dispendidas em trabalho burocrático realizado na escola...
- > Contabiliza o tempo individual que sobra para preparar e organizar as Actividades Lectivas...

Contabiliza todo esse tempo durante um mês!

O docente necessita de tempo para planificar/organizar as actividades lectivas!
Exigimos que as reuniões sejam marcadas na Componente Não Lectiva de Estabelecimento do docente!

Assim não se pode ser Professor/Educador!

FENPROF CGTP SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA



Festa de Natal

(para os filhos dos associados)

11 de Dezembro 2010 - 14h30m - Casino da Madeira
Inscrições até 26 de Novembro

Por questões de segurança e limitação de espaço só será permitida a entrada de um adulto por núcleo familiar. Havendo mais do que uma criança menor de cinco anos será permitida a entrada a mais um acompanhante

Estatuto da Carreira Docente como factor de motivação dos professores

Elite a valorizar, a promover e a premiar



Jacinto Jardim apresentou uma utopia, uma filosofia da educação para fugir ao discurso fácil que não constrói

No dia 15 de Outubro, o SPM teve sala cheia na conferência sobre o Estatuto da Carreira Docente como factor de motivação dos professores, no Hotel Tivoli. Um encontro liderado pelo professor doutor Jacinto Jardim, que apontou caminhos de superação do actual momento em que a desmotivação reina na classe, como Marília Azevedo e Paulo Cafôfo, coordenadora e vice-coordenador do sindicato, demonstraram nas suas intervenções.

A mensagem essencial é de que nada serve baixar os braços perante a realidade («este é o melhor tempo de sempre porque é este o tempo em que vivemos») e é preciso apontar caminhos e valores para a actuação dos professores no contexto real. Para serem ultrapassados os factores de desmotivação, intrínsecos e

extrínsecos. O medo tem um efeito bloqueador.

Elite a valorizar

O orador defende que os docentes são uma «elite a valorizar, a promover e a premiar», face às responsabilidades que tem na formação de cidadãos responsáveis, livres e felizes, no desenvolvimento

cultural e científico e na activação de competências pessoais, profissionais e sociais.

O professor tem de ser um agente formador de pensamento e emoções, ferramentas importantes para a interacção com os outros.

Utopia, tese, revolução

O orador apresentou uma

Factores de motivação e desmotivação

Marília Azevedo e Paulo Cafôfo, coordenadora e vice-coordenador do SPM, deram nota que muitos dos factores de motivação dos professores, elencados por Jacinto Jardim, como a realização pessoal e profissional, o reconhecimento, a estabilidade, o salário, o horário, o prestígio social ou o contexto organizacional são, no presente, factores de desmotivação da classe.

A líder do sindicato exortou os docentes, apesar de serem uma elite maltratada, a fazerem a diferença e aquilo que cabe a cada um.

Jacinto Jardim apontou diversos outros factores que explicam a desmotivação da classe docente, como a in-

compreensão das finalidades do sistema educativo, a formação inicial deficitária, a desactualização, a concepção tecnocrática de professor, os currículos sobrecarregados, a burocracia, a falta de suporte, a ausência de cultura democrática, o problema da comunicação com os alunos, a ausência das famílias, a responsabilização dos professores (bode expiatório), ambiente social de cepticismo, suspeita e pessimismo, políticas economicistas e falta de incentivos e prémios.

Por seu lado, Paulo Cafôfo, vice-coordenador do SPM, falou ainda de desmoralização e desilusão. Passou em revista várias propostas do ECD e Modelo de Ava-

liação do Desempenho Docente regionais, em negociação, para evidenciar que o exercício da profissão será ainda mais difícil nos tempos próximos. Recordou-se que desde 2008 aposentaram-se 12 professores por dia (15.000 no total).

Antes disso referira que a docência faz parte do grupo de profissões impossíveis, como colocou Freud, com uma inerente complexidade e fracasso porque, no entender de Edgar Morin, porque é impossível alcançar o sucesso total quando se trabalha com pessoas num determinado contexto, que o docente e a escola não controlam.



Marília Azevedo durante a sua intervenção, ladeada por Jacinto Jardim e Paulo Cafôfo

utopia ou filosofia da Educação, para fugirmos ao discurso fácil, que não constrói, conduzir à mudança e à mobilização dos docentes. Perante todas as questões com que se debatem os professores, o discurso de Jacinto Jardim poderia parecer «fora do tempo» mas, pelo contrário, constitui a «base para a realização das outras tarefas a ver com a profissão docente».

É necessária uma nova atitude, uma utopia (com uma linha realista e prática) que mobilize e permita a renascença dos docentes. Uma revolução que Jacinto Jardim classifica de silenciosa, centrada no desenvolvimento da pessoa, que «pode ter mais impacto do que a revolução industrial do século passado». Aconselhou a ser-se «surdo a tudo o que leva à desmotivação».

Contexto

O actual contexto socio-educativo e psicossocial é marcado pela apatia social, individualismo, crise de valores, infelicidade e insucesso escolar. E isto interfere na motivação dos professores (ver caixa nesta peça).

A apatia tem a ver com a indiferença, a falta de resposta positiva ou construtiva, falta de auto-motivação, pouca construção para o bem comum que, muitas vezes, acaba no retirar-se para a vida privada, que mina o ser com os outros e a sociedade.

Jacinto Jardim caracterizou o individualismo, outra marca do nosso tempo, uma era do vazio, enquanto narcisismo, consumismo e formulação de tarefas e objectivos individualisticamente.

A crise nos valores surge da não interiorização do que vale e é realmente importante para nós (o que vale por si mesmo), que qualifica e orienta as acções e sustenta a estrutura de uma sociedade.

«Este é o melhor tempo de sempre porque é este o tempo em que vivemos», realçou Jacinto Jardim.

É notório também a tendência para a insatisfação em relação à vida em geral, apesar do conforto de que usufruímos.

Quanto ao insucesso escolar, este tem efeitos globais sobre o desenvolvimento sustentável da sociedade. É notório o desinteresse dos estudantes pelas matérias, que não sentem prazer em aprender.

Caminho, reflexão, transformação

Na sua exposição, o orador apontou caminhos teóricos e sugeriu orientações para os docentes actuarem logo no contexto educativo. Nesse âmbito, o Estatuto da Carreira Docente é importante se «agarrar os agentes educativos», notou Jacinto Jardim, e potenciar a pluralidade das

vontades, mobilizar as energias e conjugar sinergeticamente as motivações.

Suscitar uma reflexão crítica, aberta e alargada sobre um tema tão complexo como a Educação, contribuirá para

operar transformações consistentes (sustentáveis) no nosso tempo. Não podemos intervir nem modificar outro tempo que não este, alertou Jacinto Jardim, que aconselhou a evitar o palpite e a procura do “bode expiatório”.

O autor considera ser este um momento privilegiado para a renovação e a renascença dos professores, que devem intervir com lucidez e coragem, de forma construtiva e criativa, planificando uma actuação sistemática, pedagógica, e intencional (com objectivos claros e precisos), auxiliados por programas de desenvolvimento pessoal, social e profissional. E sublinhou que «na escola, não se pode defender o interesse de terceiros».

Nélio de Sousa



Jacinto Jardim apresenta novo livro



Eduardo Franco e Ivo Nunes apresentaram a obra de Jacinto Jardim

No final da tarde de 15 de Outubro, pelas 18h00, foi apresentado o livro “Programa de Desenvolvimento de Competências Sociais - Estudo para a promoção do sucesso académico”, no mesmo espaço do Hotel Tivoli, com a presença de dezenas de professores, familiares e amigos.

A ocasião contou com as intervenções de Rita Pestana, que enalteceu as qualidades do autor enquanto formador, Eduardo Franco, arguente principal da tese de doutoramento em Ciências da Educação de Jacinto Jardim e autor do prefácio da obra, e Ivo Nunes, que presidiu à sessão e apresentou o conteúdo do livro.

Esta obra surge como resultado de uma investigação cujo objectivo primordial foi o de construir, aplicar e avaliar um programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais com vista à promoção do sucesso académico.

A conclusão desta investigação é a de que a aplicação destes programas conduz os alunos para um maior desenvolvimento das suas competências, levando-os a um maior sucesso académico, ao desenvolvimento das suas aptidões pessoais, sociais e profissionais, de saúde física e mental, de bem-estar subjectivo e de capacidade para lidar com situações geradoras de stress.

Para o autor a intervenção para a promoção do sucesso académico dos estudantes deve ser efectuada por programas adequados à optimização do desenvolvimento, mediante uma acção preventiva, trabalhando de forma intencional, sistemática e dinâmica.

A realização deste objectivo é facilitado quando percorridas as quatro etapas que o autor identifica ao longo da sua obra.

Segundo o mesmo, é de extrema importância e relevante intervir com os estudantes, objectivando a activação psicológica e a optimização do seu desenvolvimento, a fim de o seu sucesso académico ser um êxito.

Com base num racional teórico integrativo e eclético, a intervenção foi realizada através de abordagens humanista, cognitivista e cognitivo comportamental, recorrendo o autor a uma metodologia activa, fazendo uso de técnicas e estratégias específicas como “role playing”, dinâmicas de grupo, ensinamentos em grupo, auto registos e actividades favorecedoras de transferência de competências.



Transições de ano e conclusão de ciclo de estudo

Resultados escolares da RAM no âmbito nacional

Segundo relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a Madeira tem os «piores resultados, no País, no que toca a transições de ano e conclusão de ciclo de estudo», noticiou o Diário em 24 de Outubro de 2010. «Ou seja, por cá há mais chumbos e mais abandono escolar.»

Face à média nacional, a taxa de transição é inferior na Madeira, nos vários graus de ensino, face ao todo nacional: 1º CEB em 2,3%, 2º CEB em 10%, 3º CEB em 6,3%, no Secundário Geral em 5,7% e no Secundário Tecnológicos em 6,7%.

O Diário recorda que «estas não foram as únicas más

notícias para a educação madeirense nos últimos dias», referindo-se ao ranking de escolas publicado na semana anterior. «O secretário regional da Educação, Francisco Fernandes, dissera na altura que os rankings são uma maneira “reduzora” e “enviesada” de avaliar a qualidade do ensino e as escolas da Madeira, já que ignoram, por exemplo, que na Jaime Moniz, 42 alunos entraram em Medicina.»

E o secretário regional questionou então: “Não seria mais justo avaliar-se quantos alunos concluem o 9º ano, quantos o 12º e quantos entram na Universidade? Ora, a

«investigação da CNE prova que também aqui a Região está no topo da pirâmide de maus resultados» no que toca à transição de ano.

Segundo o mesmo documento, a «distância que separa os portugueses da média europeia vai continuar em 2013, ano em que as projecções da UE apontam para uma tendência de 60,8% da população portuguesa com baixas qualificações - valor que na Europa rondará os 23%. Em 2020, quase metade da população activa em Portugal terá baixas qualificações (49,8%), enquanto na Europa, o indicador vai situar-se nos 19,5%.»

Tribuna Pública em 29 de Setembro, no Funchal

Professores denunciam efeitos da crise em jornada de luta



Paulo Cafôfo, vice-coordenador do SPM, considera que o actual modelo de desenvolvimento económico está esgotado

O Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) participou, em 29 de Setembro, numa Tribuna Pública, no largo em frente à Assembleia Legislativa da Madeira, promovida pela União dos Sindicatos da Madeira (USAM) e inserida na jornada de luta europeia de sindicatos convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES). Paulo Cafôfo, vice-coordenador do SPM, deu voz aos docentes.

Os professores juntaram a sua voz aos trabalhadores que, nesse dia, e por toda a Europa, lutaram pela defesa de emprego, salários, direitos e serviços públicos.

Os docentes da Região Autónoma da Madeira tinham e

continuam a ter ainda razões acrescidas para mostrar o seu descontentamento, nomeadamente com a nova proposta de Estatuto e de modelo de avaliação, apresentada pelo Governo Regional, bem como o tempo de congelamento das carreiras, a perda de salário, a degradação da carreira, a desregulação do horário de trabalho e a indisciplina estudantil nas salas de aula.

Na sua intervenção, Paulo Cafôfo deu conta que o actual «modelo de desenvolvimento económico está esgotado», sendo sempre os mesmos, os trabalhadores, a pagar a má política. E rematou: «é chegada a hora de dizer BASTA!»

Plenário do SPM

Professores contratados reivindicam melhores condições laborais

Numa iniciativa do Sindicato dos Professores da Madeira, reuniram-se os professores contratados no dia 7 de Julho findo, onde se esclareceram e debateram vários temas, desde os concursos de docentes, passando pelas novas leis laborais para a Função Pública, nomeadamente ao nível dos vínculos, até às questões da avaliação do desempenho e progressão na carreira. As dirigentes Margarida Fazendeiro e Adriana Guerreiro presidiram ao plenário.

A Região possuía, em 2009/10, 1803 docentes contratados e 5576 docentes em quadro, o que significa que 25% estão a satisfazer necessidades permanentes com contratações sucessivas. Isto segundo dados estatísticos de 2009/2010 (fonte DRAE).

Ser contratado pode significar ficar anos a fio colocado em diversas escolas, sem nunca ter a garantia de entrada na carreira. Ser contratado significa ter menos direitos e ganhar por um índice (151) que nem corresponde ao do 1º escalão (167), cortando-se a despesa com mão-de-obra qualificada. A precariedade impõe ainda dependências e desvaloriza socialmente os profissionais.



Um conjunto de postais, subscritos por professores contratados, foi colocado no correio, endereçados à tutela

Notas jurídicas

Nova legislação

Regional

- Portaria n.º 32/2010, de 31 de Maio: procede a alterações ao Regulamento da Acção Social Educativa.

- Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/M, de 4 de Junho: primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro, que adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

- Despacho n.º 1/2010/M, de 14 de Junho: aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorem durante o ano 2010 na Região Autónoma da Madeira.

- Despacho n.º 41/2010, de 19 de Julho: aprova o Calendário Escolar para o ano 2010/2011.

- Despacho de Rectificação, de 23 de Julho: procede a rectificações ao Despacho n.º 41/2010, de 19 de Julho, que

aprova o Calendário Escolar para o ano 2010/2011.

- Despacho n.º 42/2010, de 28 de Julho: cria o cargo de Director de Instalações Desportivas nos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/M, de 18 de Agosto: altera o Estatuto da Carreira Docente da Região da Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M, de 25 de Fevereiro.

Nacional

- Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de Junho: estabelece medidas destinadas a reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego (procede à 3ª alteração do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 03/09, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20/03, e pela Lei n.º 5/2010, de 05/05).

- Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23/06: 10ª alteração ao

Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

- Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23/06: regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente estabelecido no Estatuto da Carreira Docente.

- Resolução da Assembleia da República n.º 61/2010, de 07/07: recomenda que a avaliação de desempenho docente não seja considerada para efeitos de concurso.

- Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro: cessa a atribuição do abono de família correspondente aos 4º e 5º escalões de rendimento mensais e elimina a majoração de 25% para o valor dos 1º e 2º escalões do referido abono. Este decreto-lei altera a forma como se determina o escalão de rendimentos de cada família, de acordo com a tabela em baixo.

Margarida Fazendeiro
Coordenadora Gabinete Jurídico

Escalões	Rendimentos mensais das famílias				
	Com 1 filho	Com 2 filhos	Com 3 filhos	Com 4 filhos	Com 5 filhos
1.º	Até 419,22 euros	Até 628,83 euros	Até 838,44 euros	Até 1.048,05 euros	Até 1.257,66 euros
2.º	De 419,23 a 838,44 euros	De 628,84 a 1.257,66 euros	De 838,45 a 1.676,88 euros	De 1.048,06 a 2.096,10 euros	De 1.257,67 a 2.515,32 euros
3.º	De 838,45 a 1.257,66 euros	De 1.257,67 a 1.886,49 euros	De 1.676,89 a 2.515,32 euros	De 2.096,11 a 3.144,15 euros	De 2.515,33 a 3.772,98 euros

Actividades dos professores aposentados

Escola da vida



Pintura em tecido, uma das actividades realizadas pelos professores no Porto Santo

E porque a nossa vida não é feita só de preparação de aulas, leccionação, elaboração e correcção de testes, reuniões de grupo, departamento, notas e outras tantas coisas afins ao Ensino eis que o Departamento dos Professores Aposentados nos propõe actividades que vão ao encontro dos gostos e disponibilidade de cada um.

Assim, ao longo do ano e a par das aulas, no ano lectivo que terminou, os professores das escolas do Porto Santo participaram em iniciativas que abrangeram a Ginástica de Manutenção e o Corpo em Movimento, a Pintura em Tecido e a Culinária. Jubilados ou não, semanalmente os colegas lá se encontravam para descontraír, conviver, trocar experiências e aprender. A novidade deste ano foi a "Cozinha Gourmet e Fusão", orientada pelo chefe João Rebelo na Escola Prof. Dr. Francisco Freitas Branco. A iniciativa acolheu professores associados do Sindicato dos Professores da Madeira que se interessam por estas artes da boa mesa. Em cada sessão eram confeccionadas uma entrada, prato principal e sobremesa. Passámos por vários paladares, dos exóticos aos tradicionais não descuidando nunca o toque inovador que a cozinha gourmet exige.

Sobre a saúde e bem-estar físico, as aulas decorreram no ginásio da Sociedade de Desenvolvimento e envolveu um grupo de professoras assíduas. As aulas eram orientadas pelas professoras Luísa Freitas e Filipa Roma.

No que toca à arte de embelezar tecidos, uma actividade

que se tem repetido há alguns anos, foi a oportunidade para as mais talentosas decorarem com várias técnicas, tecidos e roupas que surpreendem sempre quem as vê. A orientação esteve a cargo de Wall Ceranto e aconteceu no Centro Cultural da Camacha às terças-feiras à tarde.

Para nós é sempre gratificante ver o interesse dos participantes face aos condicionalismos de uma ilha com dupla insularidade. Também reconhecemos o esforço do

SPM em manter estas iniciativas. Mas como se poderá constatar junto dos participantes, aposentados e não só, nestas ocupações congregam interesses comuns: momentos de encontro, convívio, alegria e liberdade. A aquisição de novos saberes e experiências..., enfim, um slogan que nos leva à escola com outra disponibilidade, noutra dimensão e com outro sabor. Em poucas palavras: "À escola da vida".

Clara Vasconcelos



Ipsis verbis

Famílias vão pagar mais três milhões pela Educação

O pré-escolar e a alimentação nas escolas a tempo inteiro passam a ser pagos. No próximo ano lectivo [2010-2011], haverá não só os aumentos habituais nas mensalidades das creches e jardins-de-infância, como o DIÁRIO já noticiou, mas passarão a ser cobrados serviços que anteriormente eram gratuitos para todas as crianças. É o caso dos custos com a alimentação no último ano do Pré-Escolar e nos quatro anos do 1º Ciclo do Ensino Básico (escolas a tempo inteiro). As crianças com 3 e 4 anos a frequentar o Pré-Escolar, que antes não pagavam qualquer mensalidade, passarão a pagar um valor mensal entre os 25 e os 115 euros.

Diário de Notícias da Madeira, 03.07.2010

Exigência, trabalho, disciplina, conhecimento

Não podemos ter escolas que não cultivem a exigência, que não façam os alunos ter hábitos de trabalho, que não eduquem para a disciplina e que não ensinem o conhecimento que qualquer de vós para triunfar na vida tem de ter.

Alberto João Jardim, Jornal da Madeira 21.09.2010

Indisciplina merece tolerância zero

"Não vamos permitir qualquer acto de indisciplina", garante ao DIÁRIO o presidente do Conselho Executivo da escola, Jorge Moreira. "E quem quiser ser indisciplinado vai para outra escola", acrescenta. "Estamos convencidos que uma das grandes dificuldades no sucesso do processo da aprendizagem é a questão da disciplina."

Diário de Notícias da Madeira 20.09.2010

Implacáveis quanto à indisciplina

"Quanto à indisciplina, à falta de respeito, à violência e ao 'bullying', nós seremos implacáveis e não vamos dar a mínima chance para que algum aluno possa prevaricar a esse nível". Na abertura oficial do ano lectivo na Gonçalves Zarco, o presidente do Conselho Executivo da escola, Rui Caetano, mostrou firmeza em relação a este assunto.

Diário de Notícias da Madeira 20.09.2010

Procura da excelência

Este é o momento de nos centrarmos na melhoria da qualidade da Educação. É o momento da procura da excelência.

Francisco Fernandes, secretário regional da Educação e Cultura, apresentação do ano lectivo 2010-2011

Escola do Jardim do Mar fechou

"As famílias dos pouquíssimos alunos restantes [da escola do Jardim do Mar] optaram, e muito bem, pela Escola Básica do Primeiro Ciclo e Pré-escolar do Estreito da Calheta, onde encontrarão integração social, colegas e novas e melhores instalações", disse o secretário regional da Educação e Cultura.

Diário de Notícias da Madeira 05.09.2010

Escola de São Jorge não fechou

Neste momento, o caso mais paradigmático em mãos é o da Escola do Arco de São Jorge. Segundo o governante [secretário regional da Educação e Cultura], "apesar das propostas apresentadas, as famílias optaram por manter as suas crianças mais perto, limitando-as no seu desenvolvimento".

Diário de Notícias da Madeira 05.09.2010

Stress na profissão é um problema organizacional

«O stress na profissão - cujos indicadores mais comuns são o esgotamento, a depressão e a exaustão emocional - não pode ser entendido como uma fraqueza do trabalhador, mas sim como um problema organizacional, com raízes na forma como o ensino e a escola estão organizados. É um problema que exige, por isso, respostas políticas adequadas.»

Comité Sindical Europeu de Educação, decorrente do seminário internacional de Atenas de 5 e 6 de Outubro. Jornal da FENPROF, Novembro 2009

Mega agrupamentos pioram ensino

A criação de grandes agrupamentos escolares que irá começar a tomar forma em Portugal no próximo ano lectivo está em queda noutros países, que já viveram a experiência e tiveram maus resultados. Na Finlândia, a pequena dimensão é apontada como uma das marcas genéticas de um sistema de ensino que se tem distinguido pelos seus resultados de excelência.

Público 19.07.2010

Edifício do novo CF e Sede SPM

Construção avança a bom ritmo

O novo edifício do Centro de Formação (CF) e Sede do SPM, em construção na Calçada da Cabouqueira, cresce a cada dia.

Cumprindo o cronograma de trabalhos estabelecido no contrato de empreitada, está concluída a construção da estrutura em betão armado que elevou o prédio até ao 4º piso correspondente ao auditório com capacidade para cerca de 200 pessoas.

Este edifício alberga também os serviços de atendimento a sócios e outros serviços, como o bar e ginásio, formação, direcção e, em cave, estacionamentos.

Quem tem acompanhado a evolução da obra através do site do sindicato, com o registo fotográfico quase diário dos trabalhos, tem tido oportunidade de constatar o empenho, dedicação e eficácia de todo o pessoal envolvido na obra e o seu inequívoco contributo para que a mesma evolua de forma segura, correcta e organizada.

Segue-se agora a construção do "miolo" e instalação de infra-estruturas diversas, processo necessariamente mais minucioso e moroso que dará continuidade à obra materializando-se, assim, a tão almejada concretização de instalações condignas para o Centro de Formação e Sede do Sindicato dos Professores da Madeira.

De assinalar e reconhecer o facto relevante de uma obra com esta envergadura só ser possível através da aprovação da candidatura do SPM a apoios do Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER), Programa INTERVR+ (Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM), aprovação essa que veio permitir que as áreas do novo edifício que vão ser ocupadas pelo Centro de Formação e respectivos equipamentos sejam co-financiados.

Este apoio se, por um lado, reflecte o reconhecimento do contributo do CF/SPM e do papel relevante do Sindicato dos Professores da Madeira na formação contínua de docentes

em exercício na RAM bem como a capacidade de gestão dos fundos que nos têm sido disponibilizados para esse efeito, representa também e, simultaneamente, um novo desafio e a assumpção de acrescidas responsabilidades

em matéria de Formação Contínua.

O SONHO de MUITOS GANHOU ASAS e CONTINUA a VOAR para a REALIDADE.

Rita Pestana
Manuel Menezes



MÁRIO NOGUEIRA



Inevitável só mesmo a luta!

Falar do país e da Educação, hoje, obriga a falar do Orçamento de Estado para 2011 e das medidas que o Governo PS nele integrou e a "oposição" PSD, com aparente renitência, apoia.

Estamos a falar de um orçamento que, na globalidade, prevê uma redução global de 1.858,5 Milhões de euros, com particular gravidade em áreas que deveriam ser as mais protegidas num Estado verdadeiramente social: Saúde, Educação, Trabalho e Segurança Social. Só estes sectores levam um corte, no conjunto, de quase 3.000 Milhões de euros que, no global, parece menor porque na Presidência do Conselho de Ministros ou nas Finanças não haverá corte mas reforço orçamental. E, assim, dão umas para as outras...

No que respeita à Educação, teremos um corte directo fortíssimo de 11,2%, que corresponde a 803 Milhões de euros, com forte incidência na rubrica de "Pessoal", onde tem lugar mais de 50% da redução. Mas também os cortes previstos para as autarquias e as regiões autónomas se reflectirão, muito, na Educação.

Estes cortes abatem-se de forma muito violenta sobre os professores a quem se reduzem os salários, se continua a impedir que progridam na carreira (sendo de notar que, na Região Autónoma da Madeira, esse é processo que já se perde no tempo, embora não no esquecimento, tal a injustiça agravada de que são alvo os professores e educadores), se rouba ainda mais tempo de serviço, para além de ser prever uma redução do número de profissionais docentes, o que significa mais desemprego. Mas também é violento o que se propõe para as escolas: redução do número de horas para se organizarem e funcionarem, menos horas para a sua gestão, menos horas para o desempenho de cargos e funções e até menos verbas para funcionamento quando se sabe que as que actualmente têm não chegam para todas as "encomendas".

Caso sejam aprovadas estas medidas que o orçamento prevê, a escola portuguesa vai passar mal, os docentes portugueses verão a sua profissão muito desvalorizada, a qualidade educativa sofrerá um fortíssimo revés. Nestas condições, não se percebe como será alargada a escolaridade obrigatória, como serão reduzidas as taxas de insucesso e abandono até 2015, como será universalizada a Educação Pré-Escolar, como se alargará a oferta de qualificação aos jovens e adultos... é o tal problema das omeletas e dos ovos, ou melhor, da falta dos ditos!

Há quem diga, para ver se nos convence, que estas medidas eram inevitáveis, o que é falso. Não se trata de um problema de inevitabilidade, mas de opção política. Quando se opta por taxar a banca em apenas 4,3% contra os 26,5% que se aplicam às pequenas e médias empresas e quando se opta por "enterrar" quase cinco mil milhões de euros num BPN que se pretende vender por duzentos... então, a alternativa é, de facto, roubar quem trabalha e atacar serviços públicos em que era necessário investir.

É neste quadro que me apraz terminar com uma verdade irrefutável: **inevitável só mesmo a luta. Por isso, é pela luta que vamos!**

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF